

# Governo só abre parte da reforma eleitoral

(Além da sublegenda e do domicílio, o resto será negociado)

**BRASÍLIA — A Reforma Eleitoral que o Governo pretende propor ao Congresso Nacional, depois de uma negociação prévia com as lideranças dos partidos de Oposição, prevê os seguintes pontos básicos: primeiro, fixação data do pleito em 15 de novembro do próximo ano em mensagem a ser enviada nas próximas horas. Segundo, instituição de três sublegendas para governador. Terceiro, reduzir de dois para um ano o prazo de domicílio eleitoral.**

A informação foi dada ontem pelo ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, logo após o encerramento da reunião do Conselho de Política do Governo, quando o Presidente João Figueiredo lhe instruiu no sentido de comunicar à Imprensa do Palácio do Planalto as três decisões consideradas à base da Reforma Eleitoral.

O ministro Abi-Ackel não quis dar prazos para o envio das mensagens que vão promover a reforma explicando:

— Elas só serão enviadas após as negociações com a Oposição. Mas, certamente, obedecerão a um critério de prioridades. Assim, deverá se-

guir primeiro a mensagem que fixa a data para o pleito, mesmo porque é preciso que o TSE regulamente o pleito. Logo a seguir, pela ordem e porque irão influir no pleito desde o início da campanha, irão as propostas que decidirão sobre a criação de três sublegendas para governador e a redução do prazo de domicílio eleitoral de dois para um ano.

O ministro Abi-Ackel explicou ainda que, após esta etapa, o Governo vai se incumbir de analisar os pontos que complementarão a reforma, como a nova legislação de propaganda eleitoral e a lei das inelegibilidades.

Quanto à possibilidade de novas medidas virem a ser tomadas, com a inclusão de outros pontos esperados, como o voto distrital, o voto vinculado e proibição das coligações eleitorais, Abi-Ackel disse que "o que o presidente lhe pedira para comunicar, como decisão tomada, era o envio dos três pontos já anunciados e nada mais do que aquilo". E não quis confirmar ou negar o envio de novas modificações, ao Congresso.

Mas fez uma ressalva quanto às coligações, dizendo que elas estão previstas por Lei e que o Governo não pretende fazer qualquer modificação nesta Lei, deixando claro que não é intenção do Governo proibilas.

O ministro da Justiça fez ainda uma observação quanto ao que denominou de "pontos conflitantes", isto é, o voto distrital, o voto vincula-

do e todos os outros pontos que deveriam ser incluídos na reforma do Governo ou que eram dados como certos.

Segundo o ministro, estes pontos conflitantes existiram mais nos noticiários da imprensa e devem ter nascido de especulações e informações pressupostas de fontes "que normalmente quando se anuncia uma reforma deste tipo procuram levantar as mais variadas hipóteses". O ministro frisou "que o Governo jamais encampou estas propostas".

O ministro disse ainda que não tem qualquer possibilidade de afirmar se a reforma para aí, "pois não quer avançar no futuro e porque não sabe o pensamento do Presidente". Mas disse que, no momento, ela se resume aos pontos anunciados.

Quanto ao problema das candidaturas de ex-cassados e anistiados, disse que ele próprio vai estudá-lo, pois acredita ser de natureza jurídica. Isto porque existem dúvidas quanto a uma lei complementar, que, na interpretação de alguns juristas da área do Governo, impediria que estas pessoas viessem a se candidatar.

A reunião do conselho de política, no Palácio do Planalto, durou quase duas horas, iniciando-se às 17 horas e encerrando-se às 18h50min, mas as modificações eleitorais foram decididas em menos de vinte minutos. O restante do tempo foi gasto pelo Presidente numa detalhada exposição da atual crise que enfrenta o sistema previdenciário do Governo.

## PDS avisa que depois vem mais

**BRASÍLIA — O líder em exercício do Governo na Câmara, deputado Hugo Mardini, afirmou depois da reunião do Conselho Político, que a definição do Governo pela sublegenda, a redução do prazo do domicílio eleitoral para um ano e a fixação do dia 15 de novembro para a realização das eleições de governadores representam apenas "parte" das regras eleitorais para 1982.**

A regulamentação do acesso dos candidatos ao rádio e à televisão, a questão da inelegibilidade, as coligações, a vinculação de votos e outros pontos suscitados no documento que o PDS enviou ao Governo como sugestão, à Reforma Eleitoral, serão objeto de deliberação até o final do ano. "O Presidente Figueiredo — frisou — comunicou ao conselho político que já havia se decidido por estes pontos. Isto não significa, entretanto, que todas essas questões não sejam posteriormente examinadas, inclusive, por iniciativa do próprio Congresso".

Explicou Mardini que a regulamentação do uso dos meios de comunicação pelos candidatos, por exemplo, será um dos principais pontos de "negociação" que o Presidente Figueiredo autorizou o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, a promover com as lideranças dos partidos de Oposição. A questão da inelegibilidade aos ex-cassados, que mesmo anistiados não podem, ainda concorrer a cargos eletivos, segundo o líder governista, poderá entrar nesta negociação.

Os membros do Conselho Político evitaram entrar em detalhes sobre a reunião com os jornalistas, o deputado Nilson Marchezan, outro que falou, à Imprensa, foi menos incisivo que o vice-líder Hugo Mardini. Segundo Marchezan, os pontos mais polêmicos da Reforma Eleitoral e as alterações da Lei Falcão, "podem vir ou não ao Congresso em outras etapas da Reforma Eleitoral". E não quis comentar se as reformas eleitorais terão desdobramentos posteriores em época mais próxima da eleição.

## PMDB tem novas dúvidas

**BRASÍLIA — A grande preocupação dos líderes e dirigentes do PMDB, ontem à noite, era a de saber se as medidas anunciadas pelo Governo representavam "a reforma eleitoral definitiva". Ulysses Guimarães, Marcos Freire, Roberto Saturnino, Odacir Klein e outros entendem ser necessário um esclarecimento do ministro da Justiça se nova reforma eleitoral agora, virá "só depois de 15 de novembro de 1982".**

Como se previa, o PMDB criticou, até com veemência, a extensão da sublegenda nas eleições diretas de governador, Ulysses Guimarães e Roberto Saturnino ficaram curiosos em saber qual seria o critério: se o segundo mais votado seria o vice-governador, como acontece com a sublegenda para o Senado — o segundo colocado é o 1.º suplente.

— A sublegenda é o retrato do subgoverno, do subpartido, do subcandidato, querem juntar os casos dos subcandidatos e formar um candidato — comentou o presidente do PMDB.

— Se transformada em Lei, o PMDB vai utilizar a sublegenda para governador?

— É o tal negócio: nós condenamos a taxaçoão do Imposto de Renda, sobre salários, mas não recomendamos a ninguém deixar de pagar o Imposto; cada diretório terá autonomia para decidir, em convenção, se adotaria ou não a sublegenda. Mas o PMDB já tem posição firmada: vamos votar contra a sublegenda — explicou Ulysses Guimarães. Marcos Freire, Roberto Saturnino e Odacir Klein também condenaram a sublegenda e o senador pernambucano acrescentou:

— Em Pernambuco o PMDB não vai utilizar a sublegenda. O governador Marco Maciel tem agora mais um "troféu" para expor, neste processo de abertura: conseguiu o que queria — a sublegenda.

Para o líder Odacir Klein, a sublegenda é a antítese do pluripartidarismo e, na opinião do senador Saturnino, "é a consolidação de grupos internos, enfraquecendo o partido".

## PP não se surpreende com isso

**BRASÍLIA — Conhecidas as decisões do Conselho Político, o líder do PP, deputado Thales Ramalho, disse que estas não o surpreendem "de vez que seria difícil evitar sérias disputas internas no PDS se outras questões cogitadas, como a vinculação de votos de vereadores e deputados, por exemplo, fossem impostas pelo Governo". O par-**

lamentar ressaltou, no entanto, que daqui para frente não haverá qualquer surpresa se, por iniciativa do Executivo ou de parlamentares atendendo a seu comando, novas alterações foram apresentadas à legislação eleitoral, em momento mais conveniente para o Governo.